

## Milionários, governador e seu vice tiveram reajuste de 16,38%; já os servidores não vão ter aumento



Com dinheiro de sobra, os secretários, o vice-governador e o governador Reinaldo Azambuja (PSDB), que ostentam patrimônio milionário, tiveram reajuste de 16,38%. Por outro lado, em decorrência da 'falta de verba', o tucano cortou o abono de R\$ 200 para 37,7 mil servidores e ainda sinaliza que congelará os salários dos 75 mil funcionários públicos estaduais.

PÁGINA 4

### SINTSS

## Menos R\$ 200 reais e reajuste zero de presente no Dia dos Trabalhadores

Diversas categorias do serviço público estadual de Mato Grosso do Sul se mobilizaram e pressionaram os parlamentares estaduais em virtude de sua revolta com o anúncio de reajuste zero e o não pagamento do abono salarial de R\$ 200.



PÁGINA 5

### MOBILIZAÇÃO

ACP e Fetems realizam Audiência Pública contra a Reforma da Previdência

PÁGINA 7

### EDUCAÇÃO

ACP: Defender a escola pública de qualidade é dever de toda a sociedade

PÁGINA 8

### ADI

Fenajud pede ingresso de servidores do Judiciário no exercício da advocacia

PÁGINA 3

### SINPOL

Policiais Civis protestam contra a retirada de abono e falta de reajuste salarial

PÁGINA 6

# A hipertensão e a revolução demográfica

|| Ricardo Ayache\*

Estima-se que existam no Brasil mais de 30 milhões de hipertensos, destes, segundo o Ministério da Saúde, apenas 10% fazem o controle adequado e 50% sequer sabem que têm a doença. A pressão alta, como é popularmente conhecida, é a principal causa do infarto e de outras doenças do coração, que matam mais de 300 mil pessoas todos os anos. E tem mais, cerca de 80% dos AVCs estão relacionados à doença, segundo a Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC).

Fiz questão de trazer todos esses dados para que se possa imaginar o tamanho dessa epidemia - que tem prevalência muito maior do que a de aids ou de diabetes. E esses números, infelizmente, não param de crescer. Por ser assintomática, o diagnóstico da doença vem, geralmente, acompanhado das complicações, muitas vezes fatais.

Embora fatores genéticos estejam diretamente relacionados à pressão alta, é o estilo de vida que agrava o quadro. Hábitos como tabagismo, consumo excessivo de

sal e o sedentarismo são caminhos diretos para a doença. O baixo índice de efeitos colaterais dos modernos medicamentos anti-hipertensivos facilitariam muito a adesão ao tratamento se assim os pacientes o fizessem. Mas o que ocorre é que a metade deles não adere ao tratamento medicamentoso e se recusa a mudar hábitos de vida. Uma combinação perigosa que, além de resultar em complicações fatais, reduz muito a qualidade de vida.

A população brasileira está envelhecendo, con-

forme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), o número de brasileiros com mais de 60 anos superou os 30 milhões em 2017. A tendência é que o envelhecimento da população acelere de maneira que, em 2031, o número de idosos supere o de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos no Brasil.

Mas ao contrário de outros países, que primeiro enriqueceram, para depois envelhecerem, vivemos uma transição demográfica e epidemiológica sem termos atingido o desenvolvi-

mento como País. Com isso, estamos migrando das doenças agudas para as crônicas, que, hoje, já representam 90% das mortes de idosos no País. Diante desse cenário, o caminho não pode ser outro, precisamos evoluir na cultura da prevenção e do cuidado.

Para que tenhamos uma vida longa, ativa e feliz é fundamental estarmos atentos aos seguintes hábitos: manter uma alimentação equilibrada e saudável, praticar atividade física, fazer uso moderado de álcool e não fumar. O grande de-

safio é conscientizar as pessoas de que esses são cuidados a serem tomados ao longo de toda a vida e não apenas quando a doença aparece.

Estamos, mais do que nunca, diante de uma revolução demográfica e temos, enquanto gestores e profissionais da saúde, a missão de preparar a população e nosso sistema de saúde para essa transição. Que esse Dia Nacional de Combate À Hipertensão sirva como sinal de alerta.

\* Médico cardiologista e presidente da Cassems

## 5 fatos que você precisa saber sobre hipertensão

|| 26 de abril marca o dia Nacional do Combate à Hipertensão, mal que afeta 36 milhões de brasileiros, de acordo com a Sociedade Brasileira de Cardiologia. Frequentemente negligenciada, a hipertensão é uma doença silenciosa: a maior parte dos pacientes não apresenta sintomas até que um órgão, como coração, cérebro ou rim, seja lesionado.

O que muita gente não sabe é que a pressão alta, se não for tratada da forma correta, pode reduzir a expectativa de vida em até 5 anos e pode ter como consequência outras doenças cardiovasculares, como

infarto e AVC. Segundo a Organização Mundial da Saúde, essas enfermidades representam a principal causa de morte no mundo, por isso a conscientização é imprescindível. Luciana Abrahão, gerente médica de Cardiometabolismo da Sandoz, empresa do Grupo Novartis, comenta os principais fatos que você precisa saber sobre a hipertensão.

**1. A pressão alta é uma doença comum e altamente negligenciada**

Dados do Ministério da Saúde apontam que 25% das pessoas diagnosticadas com hipertensão não aderem ao tratamento corretamente. O Brasil,

em particular, tem vivenciado a ocorrência precoce do problema. "A maior parte dos hipertensos não adota hábitos saudáveis, tais como a prática de atividade física e uma dieta pobre em sal, o que agrava o cenário", comenta Luciana Abrahão.

**2. Quem tem pressão alta corre maior risco de infarto e outras doenças**

A pressão alta faz com que o coração tenha que exercer um esforço maior do que o normal para fazer com que o sangue seja distribuído corretamente no corpo. Se não controlada, é fator de risco para infarto do miocárdio, acidente vascular cerebral (AVC)

e outras doenças cardiovasculares.

**3. Hipertensos podem fazer atividades físicas?**

A atividade física regular, após avaliação e liberação médica, auxilia no controle da hipertensão arterial. O exercício ajuda na regulação do sistema nervoso simpático, responsável pelo ritmo da respiração e da pressão arterial.

**4. O hipertenso deve diminuir drasticamente a quantidade de sal na alimentação**

O sal contém sódio, uma substância que, em excesso, pode ter como consequência o aumento de pressão. O sódio obri-

ga o corpo a reter mais líquidos, aumentando o volume de fluidos nos vasos sanguíneos. Com o volume aumentado, os vasos se contraem para equilibrar o fluxo. Luciana explica: "Vasos contraídos diminuem a quantidade de sangue circulando no organismo, mas a pressão de bombeamento do coração continua alterada". Por isso, é importante que hipertensos controlem a ingestão de sal e de alimentos ricos em sódio.

**5. Hipertensão não tem cura, mas há tratamento**  
Hipertensão é definida como a medida da pressão arterial acima de 14 por 9 com o paciente



em repouso. É possível controlar a pressão alta com mudanças no estilo de vida e com a administração de medicamentos anti-hipertensivos por via oral.

É importante frisar, porém, que a hipertensão arterial essencial, que acomete a maior parte dos indivíduos, não tem cura definitiva: "É preciso acompanhamento periódico e uso contínuo de medicamentos", alerta Luciana Abrahão. Visite o médico de acordo com as recomendações para checar como anda a sua saúde e aferir a pressão.

# Fenajud pede ingresso em ADI que discute exercício da advocacia por servidores do Poder Judiciário

A Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados (Fenajud) pediu ingresso, como *amicus curiae*, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5235, que busca a permissão para que os servidores do Ministério Público e do Judiciário possam exercer a advocacia. O pedido foi feito pelo assessor jurídico da entidade, Dr. Arão Gabriel, no dia 15 de abril. A ação é de autoria da Associação Nacional dos Analistas, Técnicos e Auxiliares do Poder Judiciário e do Ministério Público da União (Anata). O texto já está com o relator e poderá ser liberada para a pauta a qualquer momento.

A Fenajud aponta que,



Servidores do Ministério Público e do Judiciário poderão exercer a advocacia

“Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, proposta pela Associação Nacional dos Analistas, Técnicos e Auxiliares do Poder Judiciário e do Ministério Público da União (ANATA), em face dos artigos 28, IV, e 30, I, da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil), e do art. 21

da Lei 11.415, de 15 de dezembro de 2006. Os dispositivos vedam exercício de advocacia por ocupantes de cargos e funções vinculadas direta ou indiretamente a órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União.”

Para o coordenador jurídico da entidade, Wagner Ferreira, “Ingressar nessa ADI já é uma ini-

ciativa importante. A Fenajud atende a um pleito antigo da categoria. A medida foi debatida no último Conselho de Representantes da Entidade, realizado em Fortaleza (CE), onde ficou deliberado que essa pauta será defendida pela Fenajud. Nossa assessoria jurídica tem tomado todas as medidas cabíveis para que possamos atuar nessa ação”.

## Defesa da categoria

Defesa da categoria - Na ADI, a associação refuta o argumento de que o exercício da advocacia facilitaria o tráfico de influência, alegando não ser possível pressupor conduta de má-fé dos profissionais. Eles lembram que os servidores não têm poder decisório e estão sujeitos ao controle disciplinar e ético da Administração Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil. Quanto a possível prejuízo ao serviço público, informam que os profissionais têm autonomia para decidir o que fazer com o tempo livre além do expediente.

## Precedentes

A ADI cita decisões do Superior Tribunal de Justiça favoráveis ao pleito dos trabalhadores da Justiça, e destaca que o próprio STF abriu precedente ao permitir que juízes eleitorais exercessem a atividade advocatícia (ADI 1127). “Logo, não se pode rotular um simples servidor de incompatível se o sistema constitucional permite que órgãos judiciais não sejam assim qualificados”, aponta a ação.

Ainda sobre o princípio da isonomia, a entidade alega que não é justo os servidores do Judiciário e do MPU serem totalmente impedidos de advogar, inclusive em causa própria, o que não ocorre com servidores dos demais Poderes. “O que se espera é uma maior objetivação na análise se o exercício da advocacia por servidores públicos vinculados ao Poder Judiciário fere ou não o interesse público e se essa incompatibilidade se mostra razoável e proporcional”, argumenta a ação.

A ADI pede liminar para suspender a eficácia do inciso IV do artigo 28 e do inciso I do artigo 20 da Lei 8.906/1994 e do artigo 21 da Lei 11.415/2006. No mérito, requer a declaração de inconstitucionalidade dos mesmos dispositivos.



# Após reajuste de 16% aos milionários, tucano corta abono e prevê índice zero aos servidores

|| Em pleno século XXI, o Governo de Mato Grosso do Sul repete a política de décadas passadas, com dinheiro de sobra para dar reajuste de 16,38% aos secretários, ao vice-governador e ao governador Reinaldo Azambuja (PSDB), que ostentam patrimônio milionário. Por outro lado, em decorrência da falta de verba, o tucano cortou o abono de R\$ 200 de 37,7 mil servidores e ainda sinaliza que congelará os salários dos 75 mil funcionários públicos estaduais.

[www.ojacare.com.br](http://www.ojacare.com.br)

Edivaldo Bitencourt



Reeleito e com o mandato garantido por mais quatro anos, Reinaldo demonstra não estar preocupado com a opinião pública

A inacreditável política ficou clara na quarta-feira (24). Em reunião os sindicatos, o secretário estadual de Administração e Desburocratização, Roberto Hashioka, anunciou que não haverá mais pagamento do abono a partir deste mês. O benefício representava ganho de 4,4% a 20% nos salários dos servidores.

Reeleito e com o mandato garantido por mais quatro anos, quando deverá pleitear a vaga de senador, Reinaldo demonstra não estar preocupado com a opinião pública.

Apesar de estar entre os políticos mais ricos do Brasil, com patrimô-

nio superior a R\$ 38 milhões, ele elevou o próprio salário em 16,38%, de R\$ 30,4 mil para R\$ 35.462,27, o maior valor pago a um governador entre as 27 Unidades da Federação.

O reajuste beneficiou secretários estaduais, inclusive outro milionário, o vice-governador e titular da pasta de Infraestrutura, Murilo Zauith (DEM). Levantamento do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) revela aumento de 45% no gasto com os salários dos comissionados entre outubro e março, de R\$ 7,342 milhões R\$ 10,642 milhões.

Agora, na hora de discutir a data base do funcionalismo, o dinheiro, literalmente, sumiu. Hashioka, que recebeu R\$ 92 mil em janeiro deste ano, explicou que o Governo estourou o gasto com pessoal e não poderá conceder reajuste salarial neste ano.

“Foi um show de lamentações”, descreveu o presidente do Sintss (Sindicato dos Trabalhadores na Seguridade Social), Ricardo Bueno. “Só notícia ruim”, resumiu o presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação, Jaime Teixeira, em entrevista ao Campo Grande News.

“Foi lamentável”, reagiu o presidente do Sindi-

cato dos Policiais Civis, Giancarlo Miranda. Aliás, os representantes dos policiais civis, dos policiais militares, dos bombeiros e dos agentes penitenciários ficaram tão indignados com o rol de notícias ruins, que deixaram o secretário falando sozinho no meio da reunião.

Não bastasse garantir o reajuste de 16,38% aos abastados, Reinaldo ainda cortou o abono de R\$ 200, que era pago desde 2016. Só o aumento de quase R\$ 5 mil no seu próprio salário garantiria o pagamento do abono para 25 servidores de carreira do Estado. Para o funcionário da base, que ganha pouco mais de R\$ 1 mil, o abono re-

presentava acréscimo de 20% no salário, conforme conta divulgada pelo próprio Governo na época.

Apesar da redução no número de secretarias para nove, o Governo paga salário de secretário para 28 abençoados. Cada um recebe R\$ 28 mil. Só a eliminação de 21 cargos de secretário especial, Reinaldo poderia pagar o abono para 2.940 servidores.

O DIEESE apontou que a receita estadual cresceu 3,64% no primeiro trimestre deste ano e alcançou R\$ 3,722 bilhões em março. No entanto, o crescimento não vai beneficiar os servidores, que receberão menos

e vão trabalhar mais, já que a jornada de trabalho passa de seis para oito horas a partir de 1º de julho deste ano.

Bueno diz que os servidores gostariam que o governador cumprisse a promessa de incorporar o abono ao salário e autorizasse a reposição da inflação dos últimos 12 meses.

Na quinta-feira (25), os sindicatos convocaram mobilização na Assembleia Legislativa para tentar se socorrer com os deputados estaduais, que aprovaram o reajuste de 16,38% para o primeiro escalão e ainda a criação de 3.064 cargos de comissionados.

Cada categoria deverá convocar reuniões para discutir a estratégia de mobilização. Como só vai precisar de votos no próximo ano, quando os aliados vão às urnas, Reinaldo acredita ter fôlego para manter o pacote de medidas impopulares sem preocupação a curto prazo.

O erro do governador não está em cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal nem nas medidas de austeridade, mas não poupar dinheiro a quem já tem muito tirando de quem possui muito pouco. O correto é ter a mesma postura com todo mundo.

# Menos R\$ 200 reais e reajuste zero de presente no Dia dos Trabalhadores

|| Na quinta-feira (25), diversas categorias do serviço público estadual de Mato Grosso do Sul se mobilizaram e pressionaram os parlamentares estaduais, em virtude de sua revolta com o anúncio de reajuste zero e o não pagamento do abono salarial de R\$ 200.

## Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Como resultado, a sessão parlamentar foi interrompida para o uso cidadão da tribuna daquela Casa de Leis, onde Ricardo Bueno, Presidente do SintssMS, (Sindicato dos Trabalhadores em Segurança Social do MS), fez uma fala histórica quando apresentou dados técnicos que expõem a opção do governo estadual que, em plena crise, gasta aproximadamente R\$ 9 milhões de reais com altos salários em consequência do aumento de R\$ 16,38% no salário do governador Reinaldo Azambuja (PSDB) e seus secretários.

Esta situação rebate em altos salários que também recebem este aumento, por conta da legislação.

Além disso, em Mato Grosso do Sul são nove secretários de Estado, mas 26 pessoas recebem salários de secretários



“A gente não aguenta mais... Mato Grosso do Sul hoje é um Hobin Hood às avessas...”

estaduais, conforme disse Bueno.

“A gente não aguenta mais... o Estado de Mato Grosso do Sul hoje é um Hobin Hood às avessas... hoje você tira de quem ganha pouco e dá para os milionários”, enfatizou Bueno.

O dirigente sindical, com referência aos dados fornecidos pelo Dieese “descascou” o abacaxi apresentado pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul, que não pretende pagar o abono dos servidores.

Recentemente o governo aumentou a carga horária de 6 horas para 8 horas de milhares de servidores, além de criar um Plano de Demissão Voluntária, ações criticadas pelos sindicalistas.

Sobre o aumento da jornada de trabalho, o sindicalista foi enfático em sua fala, “quando aumenta a carga horária de uma grande maioria é uma perda de 25% do salário, quando você retira o abono, em alguns salários é mais de dez por cento, nós estamos perdendo mais de 30% de salário”, disse aos deputados.

“Mas peraí, os caras estão gastando 83 milhões a mais em três meses, querem economizar 20 (milhões de reais) em um ano no lombo do trabalhador que conquistou isso lá atrás... não é maldade gente, é morte, estão tentando fuzilar os trabalhadores” completou Bueno.

Conforme declaração do governo estadual, os servidores públicos vão ficar

sem abono de R\$ 200 a partir do pagamento de maio.

Na imprensa, representantes do governo também adiantaram que o governo pretende aplicar reajuste zero aos salários dos servidores estaduais, que tem data-base no mês de maio.

Em contraposição a isso, o governador do Estado teve aumento de 16,38% no seu salário, algo que custa aproximadamente R\$ 9 milhões de reais por mês aos cofres do Poder Executivo, pois este aumento rebate em altos salários, conforme Bueno.

Já a incorporação do abono dos servidores públicos do Mato Grosso do Sul custaria aproximadamente R\$ 6 milhões de reais.

## Injusto

“Apesar de estar entre os políticos mais ricos do Brasil, com patrimônio superior a R\$ 38 milhões, ele elevou o próprio salário em 16,38%, de R\$ 30,4 mil para R\$ 35.462,27, o maior valor pago a um governador entre as 27 Unidades da Federação”, conforme apurou o blog “O Jacaré”, do jornalista Edivaldo Bitencourt.

Mas na hora de negociar com os servidores, o governo alega estar em crise financeira.

Servidores prometem novas mobilizações caso as negociações salariais não avancem com o governo.

## Comissão

Após a mobilização, a Assembleia Legislativa criou uma comissão que vai acompanhar as negociações salariais entre servidores públicos e o governo do Estado. Fazem parte da Comissão os deputados estaduais Cabo Almi (PT), Lídio Lopes (Patriota), Gerson Claro (PP), Capitão Contar (PSL) e Rinaldo Modesto (PSDB) como titulares e os deputados Pedro Kemp (PT), Jamilson Name (PDT), Lucas de Lima (SD), João Henrique (PR) e Felipe Orro (PSDB) como suplentes.

## Mais mobilização

Servidores Públicos convocaram um protesto para o dia 30 de abril (terça-feira), caso o governo de MS não pague o abono salarial dos servidores públicos do Estado.

O ato “Tereré na Governadoria” será realizado em Campo Grande no Parque dos Poderes, em frente da sede do governo, às 9h da manhã do dia 30 de Abril (terça-feira).

A organização é do Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul, entidade formada por sindicatos e associações representativas de mais de 40 mil funcionários públicos de Mato Grosso do Sul.

# Policiais Civis protestam contra retirada de abono e pela falta de reajuste salarial

Policiais Civis, juntamente com servidores públicos estaduais de outros setores, realizaram uma manifestação na Assembleia Legislativa de MS na manhã de quinta-feira (25). Eles cobravam o apoio dos deputados estaduais sobre a medida arbitrária do governo do Estado em retirar o abono de R\$ 200,00 e a falta de reajuste salarial. No início da sessão teve tumulto e empurra-empurra quando os seguranças tentaram impedir a entrada de alguns servidores no plenário. O público também vaiou a atitudes de alguns deputados que tentavam defender o governo do Estado.



Ricardo Bueno, do Fórum dos Servidores, usou a tribuna para explicar aos legisladores dados técnicos levantados pelo Dieese

## Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Um dos coordenadores

do Fórum dos Servidores, Ricardo Bueno, usou a tribuna para explicar aos legisladores os dados

técnicos levantados pelo Dieese, com base no Portal da Transparência, que mostram a elevação na

arrecadação, mas também o aumento do gasto com salários de comissionados e secretários.

Segundo o presidente do Sinpol-MS, Giancarlo Miranda, a retirada do abono e a falta de reajus-

te representa perda salarial. "Sabemos que R\$ 200,00 no subsídio dos altos cargos não faz diferença, mas para o servidor que ganha R\$ 1 mil por mês representa uma grande perda. Queremos que o governo estadual dialogue com a categoria e que faça a reposição inflacionária e a incorporação do abono", declarou Giancarlo.

## Criação de comissão composta de deputados

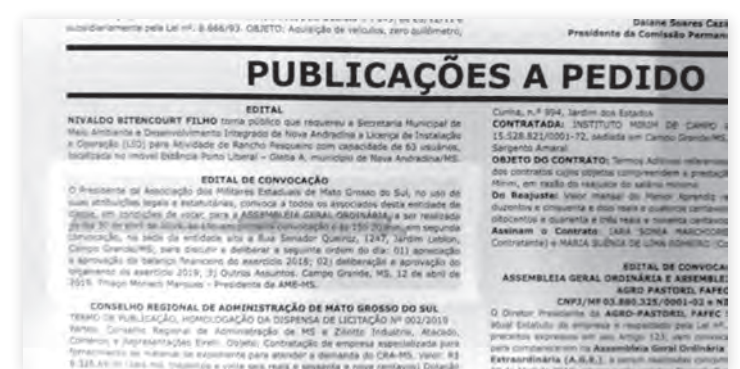
Ao final da sessão foi criada uma comissão de deputados estaduais que intermediarão a negociação salarial. Porém, os servidores públicos alertam que esperam um posicionamento do governo estadual até esta segunda-feira (29). Caso contrário, uma nova manifestação será realizada na terça-feira (30).

## A Diretoria da ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES ESTADUAIS-AME/MS, convoca todos os seus associados, para ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.

DIA 30 DE ABRIL DE 2019 - 15:30 hs - LOCAL: Rua Senador Queiroz 1.247- Jd Leblon

### PAUTAS:

- 1) Apreciação e aprovação do balanço financeiro do exercício 2018;
- 2) Deliberação e aprovação do orçamento do exercício 2019;
- 3) Outros assuntos...



# ACP e Fetems realizam Audiência Pública contra a Reforma da Previdência

|| A ACP promoveu, em parceria com a Fetems, a Audiência Pública em Defesa da Educação Pública e Contra a Reforma da Previdência, na tarde de quarta-feira (24). A atividade integra as ações da 20ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Escola Pública e aconteceu na Câmara Municipal de Vereadores de Campo Grande.

## Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br



Reforma da Previdência é na verdade o fim de uma vida digna, assegurada aos trabalhadores, pela Constituição Federal

Participaram da mesa de debates os presidentes da Fetems e ACP, professores Jaime Teixeira e Lucílio Nobre; os vereadores Valdir Gomes e Cida Amaral; o presidente da CUT-MS (Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul) Genilson Duarte; vice-presidentes da ACP e do Simted de Ponta Porã, professoras Zélia Aguiar e Luciana Ferrió; e os palestrantes Jacy Afonso, do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal e ex-tesoureiro da CUT Nacional, e o presidente da Comissão de Direito Previdenciário da OAB-MS, Marcos de Castro.

Na abertura, os presidentes Jaime e Lucílio destacaram a importância da Audiência Pública como espaço de debate e ações sobre a PEC 6/2019, do governo Bolsonaro, que trata da Reforma da Previdência.

“Nós precisamos debater, conhecer todas as medidas que prejudicam os trabalhadores. Porque

estamos submetidos a uma campanha enganosa, de que essa reforma combate privilégios e é necessária para salvar o País. Não é verdade. Essa reforma ataca os direitos, principalmente dos mais pobres, das mulheres, dos professores e professoras, dos trabalhadores rurais. Ou seja, os mais frágeis”, alerta Lucílio Nobre.

Jaime Teixeira reforçou a relevância da Audiência Pública. “Nós poderíamos ter feito esse evento na Fetems, na ACP, mas agradecemos a Presidência da Câmara de Vereadores, por abrir as portas da Casa de Leis, porque este espaço é do povo e tem um peso. Nós vamos elaborar um documento dessa Audiência Pública, apontando a posição contrária dos trabalhadores da educação, e cobrando a posição de parlamentares de Campo Grande e de MS sobre essa PEC tão importante, por seu impacto na vida de milhões de trabalhadores do País”, afirmou o

presidente da Fetems.

O palestrante Jacy Afonso lembrou que o direito à aposentadoria foi conquistado pelo movimento sindical. “O conceito de aposentadoria no Brasil nasce da luta das entidades de classe, precursoras dos sindicatos que temos hoje. A luta pelo direito a uma aposentadoria digna é nossa. Essa luta originou o conceito de Seguridade Social que está garantido na Constituição Cidadã de 1988”.

Afonso destacou alguns pontos da Reforma que demonstram que o objetivo não é fazer os ajustes necessários para a Previdência, mas sim destruir o direito. “A capitalização é um absurdo. Ela deu errado não só no Chile, como no Brasil também. Significa tirar o nosso dinheiro, da nossa contribuição, e entregar para bancos e empresas privadas, sem nenhuma garantia. É também descartar as outras fontes de financiamento da Previdência. Isso trará con-

sequências desastrosas para os trabalhadores e trabalhadoras. Também não é justo estabelecer uma idade mínima diante de uma realidade tão diversa de trabalhadores como temos no Brasil. Desconsiderar as peculiaridades da carreira do magistério, e acabar com a aposentadoria especial de professoras e professores, é cruel. Assim como dos demais trabalhadores que têm, em suas profissões, características de insalubridade”, aponta.

Jacy Afonso ainda ressaltou qual reforma verdadeiramente combateria privilégios. “No Brasil, a maior fonte de receita tributária é sobre o consumo. A merendeira de escola, o pedreiro, quando compram um pacote de arroz, pagam o mesmo valor de imposto que a herdeira do banco Safra, que doou R\$ 88 milhões para restaurar a Catedral de Notre-Dame. O que nós precisamos urgente é de uma Reforma Tributária, que desonere

o consumo e taxe o patrimônio. Porque quem recebe o teto da aposentadoria do INSS, R\$ 5.839,45, paga 27,5% de Imposto de Renda, mas a mesma herdeira do Safra não paga nenhum centavo sobre os seus lucros e dividendos”, explica o bancário.

A vice-presidente da ACP, Zélia Aguiar, relacionou a Reforma da Previdência com a ampliação da exploração da classe trabalhadora e do ataque aos direitos das mulheres. “Quanto menos direitos, mais desigualdades. A desigualdade entre homens e mulheres já é latente. Com essa reforma, nós mulheres professoras teremos que trabalhar dez anos a mais, para atingir a idade mínima. Ela prejudicará ainda mais as mulheres negras, trabalhadoras rurais, empregadas domésticas. Enfim, ela prejudica infinitamente mais os grupos já mais fragilizados no mundo do trabalho. Precisamos estar na luta, também contar com o

apoio dos Parlamentares desta Casa e de deputados. Não podemos deixar essa reforma ser aprovada”, alertou Zélia.

Lucílio Nobre recorda a onda de retirada de direitos dos trabalhadores que vem sendo executada no Brasil. “Estamos vendo o ápice de uma série de ataques aos direitos dos trabalhadores brasileiros. Há tempos a ACP, Fetems e todo o movimento sindical vêm alertando sobre os graves prejuízos que, primeiro, provocaram as Reformas Trabalhista, da Terceirização, do Ensino Médio. Todas elas passaram e o pretexto era estimular a economia do País, gerar emprego. E o que temos hoje? Mais desemprego, economia numa crise ainda maior, e os trabalhadores sujeitos a condições de trabalho ainda mais precarizadas. A reforma da Previdência é na verdade o fim de uma vida digna, assegurada aos trabalhadores, pela Constituição Federal”, finaliza o presidente da ACP.

# Defender a escola pública de qualidade é dever de toda a sociedade. ACP luta por essa causa

|| Durante a 20ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, proposta pela CNTE, entre os dias 22 e 29 de abril, muitas reflexões sobre os rumos da escola pública no Brasil precisam ser debatidas. Em um ano que chegou ao 4º mês com um MEC (Ministério da Educação) em franco processo de desmonte, seguindo um contexto de sucateamento, precarização e ataque à educação pública, alguns objetivos, planos e ações precisam ser lembrados, a fim de garantir o direito constitucional da população à educação.

## Da Redação

servidorpublico.ms@gmail.com

Importantes avanços conquistados nessas duas décadas de debate acerca da educação pública estão à deriva ou ameaçados. O PNE (Plano Nacional da Educação), principal instrumento de melhoria e democratização da educação brasileira, chega à metade de sua vigência em 2019, com muitas metas abandonadas ou seriamente comprometidas.

A meta 20, por exemplo, que trata do financiamento da educação, está gravemente ameaçada. A previsão era de que no 5º ano de vigência do Plano (2019), o investimento em educação chegasse a



O PNE chega à metade de sua vigência em 2019, com muitas metas abandonadas ou seriamente comprometidas

7% do PIB. Atualmente, o percentual está em torno de 5% e a situação pode piorar, uma vez que a principal fonte de financiamento da educação pública brasileira, o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) termina em 2020 e não há sinalização de sua renovação ou mudança para permanente.

O Fundeb representa 80% do investimento em educação em mais de mil municípios brasileiros. Paga salários de professores, merenda, transporte escolar, material didático e reformas em escolas. Até agora o governo não dá sinais de como, e se o programa, será prorrogado. A princípio, o ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, contratou uma consultoria para es-

tudar o Fundo, que tem uma previsão orçamentária de R\$ 156 bilhões para este ano.

“A inclusão do financiamento da educação nas metas do PNE foi resultado de muita luta do movimento sindical. Não se faz educação pública sem dinheiro e sem políticas públicas muito bem definidas. Nossa situação atual é alarmante, e está cada vez mais evidente, faz parte de um projeto de mercantilização da educação brasileira. A educação pública está seriamente ameaçada”, destaca o presidente da ACP, professor Lucílio Nobre.

Outro fator que está ampliando a precarização da educação é o congelamento do investimento público nas áreas essenciais, como educação e saúde, promovido pela Emenda Constitucional

95/2016 (Teto de Gastos). Como o valor investido será congelado por 20 anos, e a população deve crescer, em média, 9% no mesmo período, o valor investido por habitante será menor, a cada ano.

O único movimento do governo federal, no entanto, se for confirmado, agravaria ainda mais o financiamento do sistema educacional. No início de março, Paulo Guedes anunciou em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo que o pretende apresentar uma PEC que acabaria com a vinculação mínima obrigatória dos orçamentos da União. Na prática, as chamadas “verbas carimbadas”, que só podem ser aplicadas em saúde e educação, por exemplo, deixariam de existir.

Sem a vinculação obrigatória, os parlamentares decidiriam a cada ano a

alocação dos recursos do Orçamento. Atualmente, a Constituição Federal estabelece que os Estados da Federação devem investir no mínimo 12% do orçamento na área da saúde, enquanto os municípios devem investir 15%. Em educação, a vinculação orçamentária obriga que Estados e Municípios apliquem pelo menos 25% das receitas tributárias e repasses.

Já o governo federal, até 2017, era obrigado a aplicar 17% do Orçamento em educação. As regras mudaram com a aprovação da PEC do Teto de Gastos. A partir de 2018, o governo federal investe em educação o mesmo valor gasto em 2017, corrigido apenas pela inflação do ano anterior, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE.

Com esse sequestro dos

investimentos em educação, a valorização profissional (Meta 17 do PNE) também passa a sofrer graves ataques. “Nossa conquista histórica do Piso Salarial e da carreira está sendo ameaçada. Nossa organização contra a retirada de direitos precisa ser urgente e constante”, alerta Nobre.

Os desafios da educação sempre foram imensos. Desde que a CNTE iniciou, há 20 anos, o debate em defesa da escola pública brasileira, alguns avanços foram reais, como os já citados Fundeb e Lei do Piso salarial. No entanto, atualmente o desmantelo das políticas públicas é visível. Em 2019, a negligência do MEC provocou o atraso na entrega de livros didáticos para escolas públicas de todo o País, pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). O ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) corre o risco de não acontecer este ano. Outro grave problema é a falta de definição sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), voltada para a Educação Infantil e Fundamental, e para o Ensino Médio, que deve ser posta em prática pelas redes municipais e estaduais. Para isso, o governo federal deveria dar apoio técnico e transferir verbas a estados e municípios pelo programa ProBNCC, que está parado.